

Revisão do orçamento entra novamente na pauta do Congresso

por Marta Salomon
de Brasília

O poder de articulação política do novo ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, passará pelo seu primeiro teste hoje no Congresso Nacional. Numa sessão marcada para o início da noite, entrará novamente em pauta o projeto de revisão orçamentária. Só há dois caminhos para votar o projeto e liberar dotações de Cr\$ 2,5 trilhões: a presença maciça de aliados do governo no plenário ou um acordo com o PT e o PDT.

A apuração demorada dos votos em alguns estados poderá retardar a volta dos parlamentares a Brasília. Na avaliação do vice-líder do governo, deputado Humberto Souto (PFL-MG), a votação poderá ficar adiada para quarta-feira, último dia em que o governo estaria disposto a segurar a edição de uma medida provisória para liberar os recursos bloqueados há mais de dois meses.

O líder do PDS, deputado Amaral Neto (RJ), aposta no poder de negociação do novo ministro e companheiro de partido. "Não se iludam, não vai ter quórum. Estamos sem saída: amanhã o País pára."

Até a noite de ontem, as lideranças do PT e do PDT insistiam em vincular a votação da revisão orçamentária às medidas provisórias que tratam da política salarial e dos benefícios da Previdência Social. O PMDB e o PSDB estão convocando suas bancadas para a votação. Para o líder Euclides Scalco (PSDB-PR), não há mais chance de acordo com a esquerda.

A votação dependeria da presença em plenário da maioria absoluta dos parlamentares — 248 deputados mais 38 senadores.

O projeto de lei de revisão orçamentária chegou ao Congresso no final de julho e sua votação passou a ser objeto de barganha dos partidos de oposição para obrigar os aliados do governo a votar mudanças na política salarial. Durante sua passagem pela Comissão Mista de Orçamento, o projeto foi modificado, com o aval do governo. O relator, deputado João Alves (PFL-BA), remanejou Cr\$ 3 bilhões para o atendimento de emendas dos parlamentares (projetos, em suas bases eleitorais). Diante do impasse para a votação, o próprio João Alves propôs a edição de medidas provisórias, no entendimento de que o bloqueio dos recursos estabeleceria estado de calamidade pública no País. O ministro Jarbas Passarinho assumiu disposto a reduzir a edição de medidas provisórias.

As relações tensas entre o Executivo e o Legislativo deverão melhorar com a posse do novo ministro da Justiça, na avaliação de parlamentares aliados e opositores. "O governo ganhou um interlocutor com o Congresso", disse o deputado César Maia (PDT-RJ). "Ele tem mais credibilidade", atestou o líder do PSDB, Euclides Scalco.

O líder do PDS espera que o governo passe a negociar antecipadamente com os aliados suas decisões. "O governo não tem maioria e tem passado raspando nas traves", disse.